



ACTA NÚMERO 125 (CENTO E VINTE E CINCO)

Aos 14 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, foram retomados os trabalhos, em segunda convocatória, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.^a Professor Egas Moniz, da Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), suspensa em seis de Dezembro de dois mil e dezassete e regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Dois – Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o Ano 2018

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos, e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18.30 horas).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Paulo Picão Eusébio e Ricardo Nunes (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigo (AAIS Agronomia), João Morais e José Luis Duarte (Nova Rugby); Luís Costa Baptista (Belas RC); Mário Carriço (Caldas RC); Miguel Cordovil Matos e Miguel Gonçalves Rodrigues (CDUL); Miguel Freudenthal (CF Belenenses); Francisco Martins (CR Évora); Miguel Teixeira e Manuel Barros (CR São Miguel); António Costa (CRAV); Luis Filipe Lança de Morais e Pedro Frago Mendez (GD Direito); Valter Rodrigues (Rugby Vila Moita); José Carlos Alves de Moura (RC Loulé); José Duarte Rodrigues (RC Lousã); Rodrigo Alves e António Simões dos Santos (SL Benfica); Tito Arantes Fontes (Sporting Rugby); Luis Canogia (ARS).

Encontravam-se também presentes o Presidente da FPR Luis Cassiano Neves e os Vice-Presidentes da Direcção Carlos Lobo Gaspar e Marta Ferreira, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby.

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação um pedido de autorização para assistirem à reunião os senhores Mário Costa, Rui Alvarez e Tatiana Contreras.

Por sugestão do delegado Francisco Martins, do CR Évora, o pedido de autorização foi submetido à Assembleia individualmente, tendo a presença dos senhores Mário Costa e Tatiana Contreras sido aprovada por unanimidade e a presença do Sr. Rui Alvarez merecido um voto contra, do delegado Francisco Martins do CR Évora.

Em função do disposto no n.º10 do Artigo 20.º dos Estatutos da FPR, que exige unanimidade dos delegados para autorização da presença, o Sr. Rui Alvarez não foi admitido a participar nos trabalhos e abandonou a sala.

Entrando na discussão da matéria agendada na ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Vice-presidente Carlos Lobo Gaspar, para apresentação do orçamento, que esclareceu em linhas gerais que o orçamento previsto para 2018 é de 1,5 milhões de euros, acrescido de um pedido extraordinário de apoio financeiro directo ao esforço de qualificação para o Mundial.

O delegado do CR Évora, Francisco Martins, pediu a palavra para fazer notar que nos termos estatutários este orçamento deveria ter sido apresentado no final de Novembro e distribuído aos delegados com 8 dias de antecedência. Considerou uma falta de respeito tal não ter sucedido, mesmo estando em causa um orçamento semelhante ao do ano anterior.

O Presidente da Mesa esclareceu que efectivamente os estatutos prevêem uma e outra situação. Em relação ao mês de Novembro, a data inicial de 6 de Dezembro para votação deste orçamento foi a data possível, sendo que no dia de hoje já estamos perante uma continuação dos trabalhos da Assembleia de 6 de Dezembro. Houve, por isso, um atraso de seis dias. Quanto aos oito dias de antecedência com que o documento deveria ter sido distribuído aos delegados, fez notar que ele próprio pediu essa distribuição atempada à Direcção, mas que, por vicissitudes várias, tal não se revelou possível.

O delegado Luis Canogia, da ARS, questionou igualmente pelo parecer do Conselho Fiscal.

O Presidente da Direcção interveio para reconhecer o atraso no envio na documentação, explicando que nesta altura os serviços da FPR têm de apresentar relatórios ao WR e candidaturas ao IPDJ, além de se ter iniciado uma auditoria interna na FPR. Não servindo de desculpa, a verdade é que na sequência das reduções de pessoal, actualmente só existe 1 pessoa no departamento de contabilidade, que fez um trabalho sobre humano. Quanto ao Conselho Fiscal, esclareceu que só na data de hoje a Direcção conseguiu ter o parecer positivo do revisor, parecer esse que era essencial à formalização do parecer do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Presidente da Mesa colocou aos delegados a possibilidade de se suspender novamente a presente Assembleia.

O Presidente da Direcção retomou novamente a palavra, alertando que nova suspensão adiaria a assinatura do contrato programa, o que poderia trazer complicações financeiras no primeiro trimestre de 2018. Pediu que não fosse prejudicado o bom andamento do rugby nacional, ainda que existisse censura ao trabalho da Direcção, solicitando que não se atrasasse a votação do orçamento para lá do mês de Dezembro.

Nesta altura interveio o delegado do Belenenses, Miguel Freudhental, que pediu que se identificassem as diferenças mais significativas com o orçamento de 2017.

O Vice-presidente da Direcção Carlos Gaspar esclareceu que a diferença mais significativa dizia respeito a reduções salariais, estando as receitas equiparadas às do ano anterior.

O Presidente da Direcção esclareceu então que nas receitas não estão incluídas as medidas chumbadas na primeira sessão desta Assembleia.

O Delegado Miguel Freudhental referiu então que face a esses esclarecimentos não lhe fazia sentido novo adiamento.

O Delegado do Benfica, Rodrigo Alves, questionou algumas rubricas como a rubrica de diversos.

O Vice-presidente da Direcção esclareceu que a rubrica diversos são reembolsos.

O Secretário-geral da Federação, Mário Costa, por seu turno esclareceu que a contabilidade tem de estar certa com as rubricas do IPDJ.

Nesta altura, pelas 19 horas e 15 minutos, o Presidente da Mesa informou a Assembleia Geral que por questões pessoais tinha de interromper a Assembleia por uns momentos, tendo os trabalhos sido interrompidos.

Pelas 20 horas e 15 minutos os trabalhos foram retomados.

António Costa do CRAV solicitou que o sistema de videoconferência seja futuramente implementado na Assembleia Geral da FPR.

Pedro Fragoso Mendos do GD Direito acha que se deve implementar a cobrança de bilhetes aos espectadores dos jogos da Selecção Nacional e sugeriu a organização de um ou dois jogos de Portugal em França. Considera que, com uma medida dessa natureza, para além das receitas de assistência, as televisões certamente irão transmitir os jogos, sendo até uma iniciativa que terá seguramente o apoio do Presidente da República e da comunidade portuguesa em França.

O Presidente da FPR disse concordar com a saída do paradigma da gratuidade. Entende que o rugby tem de passar a cobrar bilhetes, mas as recentes experiências tiveram receitas nulas ou pouco significativas. Já foi falado com empresários franceses a eventual realização de jogos de Portugal em França mas esta iniciativa só será possível se subirmos de divisão.

Luis Filipe Lança de Moras do Direito sugeriu que a FPR explore contactos com empresas de capital português em França.

José Carlos Moura do Loulé relatou a experiência do seu clube, que consegue obter algumas receitas, juntando ao jogo um almoço ou jantar com os adeptos.

Não havendo mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi colocado à votação o Plano de Actividades e Orçamento para o Ano 2018, tendo o mesmo sido aprovado com 13 votos favoráveis, 1 voto contra e 7 abstenções.

Manuel Barros do São Miguel apresentou uma declaração de voto lamentando que pela primeira vez se tivesse reprovado a presença de um não delegado numa Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar, às 20 horas e 30 minutos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrado os trabalhos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

F - J - A - J - A
Repul / Orden / File
Joaquim